

Scalco acusa o Executivo

O deputado Euclides Scalco, líder do PSDB na Câmara, acusou o Governo de não ter um "negociador competente", capaz de quebrar as arestas entre o Executivo e o Legislativo. Em entrevista ontem, ao programa **Brasília Hoje**, da TV Capital, o parlamentar afirmou que este fato tem gerado alguns atritos entre os dois Poderes.

Segundo Scalco, como o governo não dispõe destes canais de negociação, os atritos têm surgido com mais freqüência, principalmente depois que começaram aparecer as medidas provisórias. "O governo não pretende negociar com o Congresso e envia seus assessores somente para conversas que terminam sem qualquer coisa objetiva", disse o deputado.

As medidas provisórias, na opinião do deputado, têm gerado muita polêmica entre o governo e o Congresso Nacional, já que sua aprovação depende de muita negociação e, como o Executivo não tem "negociadores competentes", insistiu, os conflitos aparecem facilmente.

Ele acusa o presidente Collor de governar através de medidas provisórias e chega a citar números: até o momento, Collor enviou 54 medidas ao Congresso e nenhum projeto de lei. Isso, em 120 dias de governo.

As medidas do governo, para o líder do PSDB, têm servido para tumultuar o Congresso Nacional. "Os atos do governo deturpam a atuação do Congresso, já que nós fazemos uma coisa internamente e o governo faz outra completamente diferente", observa.

Veto

Para o deputado Euclides Scalco, o Congresso deverá derrubar o veto do presidente Fernando Collor à lei salarial, aprovada pelos deputados e senadores. Ele acha que os partidos que apóiam o governo estarão rachados com relação a essa questão e apostar na unidade dos partidos de oposição.

Inverter a pauta de votação no Congresso, segundo o líder do PSDB, é a principal tarefa das oposições, uma vez que a prioridade deve ser dada à votação da lei salarial, aprovada pelos parlamentares e vetada por Collor. Se conseguir a inversão da pauta, Scalco acredita que o veto presidencial será derrubado.

O deputado criticou o governo a quem acusa de não querer indexar os salários, mas age diferente com relação a indexação da inflação à prestação da casa própria e aos juros do custeio agrícola. O parlamentar acredita que dificilmente o Congresso terá quórum para outras votações que não a que visa derrubar o veto à lei salarial.